



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

PECULIARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS PEQUENAS CIDADES: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D' OESTE – PR

OLIVEIRA, Everton Josimar de (PG), Uninter, evertoescola@bol.com.br¹
DIAZ, Melissa Conceição de Oliveira (OR.), Uninter, cra@grupouninter.com.br²

RESUMO: Este artigo foi desenvolvido como requisito curricular para conclusão do curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Gerência de Cidades da Faculdade de Tecnologia Internacional - UNINTER, o qual motivou-se pela grande repercussão que os temas ligados ao setor público tem no cotidiano das pessoas. Desta forma, abordou as peculiaridades da administração pública nas pequenas cidades, a partir do estudo de caso do município de Rancho Alegre D' Oeste, no Estado do Paraná. Tal análise objetivou verificar se práticas como patrimonialismo, fisiologismo e corrupção são constantes nesta localidade. Utilizou-se, para tanto, de uma pesquisa de campo, baseada em entrevistas e questionários e fundamentada em referências teóricas conceituais. Por meio, destes instrumentos, destacou o papel do gestor público, a visão de funcionários e cidadãos quanto ao tipo de gestão, a participação nas decisões estratégicas da cidade e no acompanhamento das políticas e emprego dos recursos do município. Nesse sentido, identificou a ocorrência das práticas supracitadas, bem como o desinteresse da população nos assuntos relacionados a gestão pública e a política.

Palavras chave: Gestão pública. Patrimonialismo. Fisiologismo. Corrupção.

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da administração pública, seus condicionantes e resultados, figura entre os principais temas discutidos pelos meios de comunicação, sociedade e conseqüentemente no mundo acadêmico, tendo em vista sua responsabilidade em tratar de temas relevantes ao desenvolvimento humano.

Com base na importância desta temática, o presente artigo objetiva expor de forma clara e sucinta as dificuldades e as peculiaridades da administração pública nos pequenos municípios brasileiros a partir do estudo de caso da pequena cidade de Rancho Alegre D' Oestes situado ao noroeste do Estado do Paraná.

¹ Pós-graduando em Administração Pública e Gerência de Cidades pela Universidade Internacional de Curitiba e Graduado em Economia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

² Bacharel em direito, mestranda em educação e Professora do Grupo Uninter.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Procura também: verificar de que forma são tomadas as decisões nos pequenos municípios; identificar se práticas como o paternalismo, o patrimonialismo e o fisiologismo são constantes e o entendimento, de servidores e população, sobre a destinação dos recursos financeiros no município.

Utilizará de pesquisa bibliográfica, alicerçada em referenciais teóricos, obtidos mediante consulta em livros, revistas, artigos científicos, jornais, sites e demais publicações que tratam do assunto. Efetuará, também, um trabalho de observação e de pesquisa de campo, com a elaboração de entrevistas, questionários e análise de documentos.

O artigo trará, inicialmente, um breve levantamento teórico-conceitual dos determinantes da administração pública brasileira, para melhor compreensão do tema abordado. Em seguida partirá a análise do caso específico do município de Rancho Alegre D' Oeste, com a descrição do município, exposição da metodologia e dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo.

No tópico das considerações finais, serão expressas as conclusões obtidas mediante a análise dos dados e referenciais teóricos, bem como, serão expostas sugestões que possibilitem possíveis melhorias as práticas dos gestores e dos próprios cidadãos.

Expressos os objetivos do trabalho, parte-se à análise das peculiaridades da administração pública brasileira, na tentativa de propiciar uma discussão pautada em bases teórico-práticas.

2 PECULIARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS PEQUENAS CIDADES: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

2.1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS

A administração pública brasileira é submetida constantemente a desafios, principalmente àqueles que dizem respeito à condução das políticas públicas e a capacidade de seus administradores em seguir seus princípios orientadores, que de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 37 são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (BRASIL, 2007)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Por diversas vezes, essas dificuldades, ultrapassam os limites das instituições e incidem diretamente sobre os cidadãos que configuram como a essência do fazer público. Ao tratar do mau uso dos recursos públicos no Brasil, CAPEZ (2006) expõe.

O desvio de dinheiro público impediu que os recursos proporcionassem ensino público de qualidade, em nível compatível com o da rede privada; transformou os hospitais públicos em depósitos de doentes e feridos à espera da morte; o que às vezes ocorre na própria fila do atendimento; fez dos funcionários públicos trabalhadores mal remunerados e desestimulados, o que alimenta a falta de comprometimento com a função. (CAPEZ, 2006)

Convém destacar, que a administração pública em sua concepção conceitual difere em muitos aspectos da administração empresarial convencional. A primeira destas diferenças está no objetivo: enquanto uma empresa convencional objetiva maximizar seus lucros, a pública deveria ter o foco no bem estar do cidadão.

Segundo Carneiro (2010, p. 9)

As instituições públicas também são organizações mas, ao contrário das organizações privadas não buscam o lucro e sim buscam atender aos interesse da coletividade. Entretanto, utilizam recursos administrativos tal qual as empresas privadas e são administrados por administradores públicos, alguns de carreira, outros temporários. (CARNEIRO, 2010, p.9)

Teoricamente esta divisão entre a administração de empresas e a administração pública é bastante pontual, entretanto, na pratica grande parte dos gestores públicos brasileiros tratam os órgãos pelos quais são responsáveis como empresas privadas, agem como se àquele fosse mais um de seus pertences. Silveira (p. 5) ao comentar a visão de Buarque de Holanda expressa

[...]ao cargo patrimonial é desconhecida a divisão entre a “esfera privada” e a “oficial”. A administração política é tratada pelo senhor como assunto puramente pessoal, bem como o patrimônio adquirido pelo tesouro senhorial em função de emolumentos e tributos não se diferencia dos bens privados do senhor. (SILVEIRA, p. 5)

Nesta concepção, o gestor toma para si os sucessos da gestão pública e convence grande parte da população que estes são o resultado única e exclusivamente de seus esforços.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Assim, os líderes políticos e dirigentes públicos podem favorecer segmentos da população sob sua influência, fazendo-os crer que o benefício concedido é uma concessão pessoal do líder, e não um direito individual ou um valor de cidadania. O resultado final é o reforço do poder e da liderança tradicionais. (MOTTA, 2007).

Durante as últimas décadas ocorreram grandes mudanças na administração pública brasileira, motivadas, pelo desenvolvimento de novas práticas e expectativas de modernização e também pelas próprias intensas mudanças socioeconômicas e políticas, tais como: a redemocratização, a estabilização da economia, a maior escolarização dos cidadãos, entre outros.

Entretanto, muito das características tradicionais das organizações públicas não deixaram de existir e persistem a despeito da maior fiscalização e da legislação mais rígida. (MOTTA, 2007)

Nobrega (2011, p. 26), afirma que no Brasil

[...] o clientelismo e o fisiologismo têm falado mais alto. Mesmo nos órgãos nos quais passou a funcionar o mérito na escolha dos quadros técnicos, o critério político costuma prevalecer na indicação dos dirigentes, dos quais nem sempre se exigem as qualificações necessárias para o exercício do cargo. (NOBREGA 2011, P.26)

Para melhor compreensão dos conceitos supracitados, é interessante a explicação de Bresser Pereira (1989), que entende que clientelismo

[...] é uma prática política no meio do caminho entre populismo e mera corrupção. As três práticas implicam no uso de fundos públicos. No caso do populismo, temos uma forma impessoal de se assegurar a boa vontade dos grupos ou comunidades beneficiadas pela despesa pública; no caso da corrupção, estamos diante de uma forma pessoal e direta de enriquecimento às custas do erário público; no caso do clientelismo, temos numa forma intermediária entre os dois casos anteriores, uma forma semipessoal de uso dos fundos públicos beneficiando diretamente eleitores potenciais e indiretamente o autor da prática clientelística. No Brasil inventou-se uma palavra nova e muito expressiva para significar clientelismo: fisiologismo. O político fisiológico é um oportunista por definição. É uma pessoa que transforma a política em um negócio como qualquer outro — em um negócio em que o político usa seu poder político para realizar trocas, para prestar e receber favores. É um fisiológico porque coloca os interesses pessoais e materiais acima das idéias, acima dos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

princípios e valores morais que deveriam presidir a ação política.
(BRESSER PEREIRA, 1989)

As pequenas cidades são palcos privilegiados para as práticas como o patrimonialismo, o fisiologismo, o nepotismo e a corrupção, já que a relação com os eleitores e cidadãos é mais próxima e os traços de uma política paternalista vigoram com bastante ênfase.

Os gestores, por sua vez, se sentem a vontade para agir privilegiando apenas seus interesses pessoais, pois geralmente apóiam-se em seus aliados, quase sempre pertencentes às famílias e/ou grupos que dominam o cenário econômico do local.

Em contrapartida os grupos ditos influentes, ou seja, a classe mais abastada escolhe um representante que atenda seus interesses e o coloca no poder, fazendo a população crer que aquele é o líder ideal e a ele caberá todo o sucesso que a gestão vira a ter.
(MOTTA, 2007)

Motta (2007, p 91 e 92) considera que *“pelo controle político, centralização excessiva e paternalismo, a população brasileira aprendeu a conviver com a submissão, a alienação e o descrédito em relação à administração pública.”*

Os pequenos municípios são dominados por grupos restritos que agem a margem a da lei ou mesmo dentro dela, mas sempre beneficiando-se de suas brechas, acordos e negociatas. Usurpam os recursos públicos, muitas vezes abertamente, já que não se preocupam com a opinião pública, que em grande parte vê estes como atos normais.
(MOTTA, 2007)

O ditado popular, “roubou, mas fez” expressa bem essa situação de comodismo e ignorância dos cidadãos, que mesmo com a consciência de que este ou aquele político desviou recursos públicos apóia-o, pois acredita que àquelas obras ou benefícios são méritos exclusivos do gestor e não direitos sociais básicos.

Destaca-se que essa escolha do eleitor em relação ao candidato nem sempre é fácil de compreender, como nos destaca Goldman (1999, p.135)

Vota-se, pois, em um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros muitas vezes aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou. Mais uma vez, a hierarquização destes aspectos é um processo complexo e dinâmico efetuado sob a influência de múltiplas variáveis. Este ponto talvez possa esclarecer parcialmente o conhecido tema do candidato que “rouba mas faz”: é possível escolhê-lo porque “faz”; é possível igualmente escolhê-lo



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

porque “rouba”; e é possível, enfim, oscilar continuamente entre as duas alternativas. (GOLDMAN 1999, p. 350)

Esta visão individualista, por outro lado, leva os eleitores como um todo a acreditar que qualquer político eleito persistirá os mesmos problemas. Ao tratar das perspectivas da sociedade em relação ao poder público Silveira (p. 13) explica que

[...] em uma estrutura social em que prevalece a posição de estamentos que cooptam os interesses no ápice de um mecanismo estrutural de Estado, não há uma vida civil livre, não poderá prevalecer a justiça social e a desigualdade é regra de sobrevivência dessa elite, forma pela qual a sociedade se assenta e se reproduz. Em tal contexto, democracia e liberalismo político são meramente simulacros de um sistema político vigente.(SILVEIRA, p.13)

Apesar do esforço crescente no combate as práticas ilegais e imorais na administração pública, o Brasil tem muito a avançar, sendo imprescindível o diagnóstico, o estudo e o planejamento de soluções adequadas. (RIBEIRO, 2010).

Para Amorim (2007, p. 70)

Um dos desafios da democracia brasileira consiste em solidificar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cidadania política e social e consolidar uma cultura política democrática, baseada na participação, na confiança recíproca e na solidariedade social. Trata-se de resgatar os cidadãos para a esfera da política, incentivando-os a participar e a fiscalizar as ações governamentais, de maneira a contribuir para uma melhor qualidade da democracia. (AMORIN, 2007, p.70)

Motivado pela necessidade de entender as práticas de gestão pública relativas aos pequenos municípios, a seguir, apresenta-se o estudo de caso da cidade paranaense de Rancho Alegre D’ Oeste,

2.2 CARACTERISTICAS DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D’ OESTE

O município de Rancho Alegre D’ Oeste está situado geograficamente ao noroeste do Estado do Paraná e pertence politicamente a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – COMCAM.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizado em 2010, possui uma população total de 2.847 habitantes, onde 2.303 destes residem na área urbana. (IBGE, 2011)

Sua economia baseia-se na produção agropecuária, com a predominância de lavouras temporárias como a de soja e milho. Há ainda uma pequena participação do comércio e de atividades informais. (IBGE, 2011)

A geração de empregos é um dos grandes desafios desta localidade. Sua população diminuta e a distância dos grandes centros dificultam o desenvolvimento do comércio e indústria, importantes geradores de trabalho e renda.

É importante salientar, que o município tem características de cidade dormitório, onde há um grande número de trabalhadores empregados em usinas de álcool e açúcar, abatedouro de frangos, comércio e atividades ligadas à agricultura de cidades próximas como: Goioerê, Moreira Sales, Cafelândia, entre outras. Existe uma parcela população que migra para a realização de trabalhos temporários nas colheitas de café, laranja e maçã nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Uma boa indicação da defasagem do mercado de trabalho são os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego que indicam que no ano de 2010, Rancho Alegre D' Oeste, contava com apenas 338 pessoas ocupadas em empregos formais dentro do município. (IPARDES, 2011)

Neste sentido, o poder público torna-se de grande importância, pois somente a prefeitura municipal, de acordo com sua RAIS – Ano Base 2010, emprega 186 servidores nas mais diversas funções. Além destes, conforme dados apresentados pelo Departamento de Recursos Humanos do Município há 09 funcionários que atuam em regime de estágio.

Para dimensionar esta influência, pode-se lançar mão de uma conta simples, utilizando-se de dados do IBGE 2010, segundo o qual existem, em média, 3,18 residentes por domicílio. A multiplicação do total de funcionários pela média de residentes por domicílio indica que os recursos oriundos dos gastos com pessoal da prefeitura atingem aproximadamente 650 pessoas, ou seja, 22,8 % do total de habitantes têm sua renda ligada diretamente ao serviço público. (IBGE, 2010)

Em valores financeiros, utilizando-se como fonte o demonstrativo de resultado do exercício de 2010, os gastos com pessoal chegaram a R\$ 3.332.717,17 no total do ano. O que significa dizer que mensalmente a prefeitura injeta na economia local, por meio dos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

salários de seus servidores, aproximadamente duzentos e setenta mil reais.(RANCHO ALEGRE D' OESTE, 2010)

Outro parâmetro importante a ser analisado, diz respeito à influência do setor público na economia local. Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA no ano de 2009, os valores das transações no município chegaram a R\$ 58.392.607, aonde as despesas da prefeitura de acordo com dados do IPARDES chegaram a R\$ 9.702.000,00. (SEFA, 2011)

A exposição destes dados é importante para estabelecer um panorama geral, do poder de influência que a prefeitura e conseqüente seus gestores tem sobre o cotidiano dos cidadãos residentes neste local.

Os próximos tópicos trabalharão de forma mais específica a relação entre cidadãos e o serviço público, por meio da análise de entrevistas, questionários e registro de observações e impressões sobre o cotidiano do município.

2.3 METODOLOGIA

Entender a relação de funcionários públicos, políticos eleitos e população com o serviço público e seus princípios orientadores no município de Rancho Alegre D' Oeste, é objetivo central deste artigo, para tanto se baseia em um estudo de caso.

Goldenberg (2007, p. 34) pontua que em qualquer assunto pesquisado, haverá uma ampla diversidade de pensamentos e opiniões, o estudo de caso, considera esta heterogeneidade e promove uma discussão que não fica preso á medias aritméticas que podem expressar o pensamento da maioria, mas não revela as particularidades de cada objeto estudado.

Para a abordagem proposta, além da fundamentação teórica, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- entrevistas com políticos eleitos;
- questionários distintos com servidores públicos e população;
- análise de documentos;
- observações do cotidiano.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Estes permitirão que as análises qualitativas sejam reforçadas por parâmetros quantitativos, que enobrecem o material. Neste sentido, Goldenberg (2007, p. 62) observa que *“a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular.”*

Estabelecidos as bases da pesquisa, parte-se a exposição dos principais resultados.

2.4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Utilizou-se na abordagem do estudo de caso, questionários³ e entrevistas, realizados no mês de julho do ano de 2011, estes traziam questões específicas sobre gestão pública. Com o objetivo de garantir a heterogeneidade da amostra pesquisada, considerou, também, possíveis variáveis determinantes como: sexo, idade e grau de escolaridade.

A análise inicial se dará, por meio, dos resultados obtidos junto aos servidores públicos municipais. A este grupo, foram distribuídos 21 (vinte e um) questionários com perguntas objetivas sobre: o tipo de gestão praticada no ambiente de trabalho; o conhecimento sobre direitos e deveres; os tipos de relação de poder e o respeito aos princípios constitucionais.

Com respeito ao tipo de gestão, solicitou-se que definissem o gestor de acordo com uma entre quatro alternativas apresentadas. Constatou-se que, 14 (quatorze) entrevistados acreditam que seu gestor é “democrático”, 3 (três) o consideram “autoritário”, 1 (um) acredita “permissivo” e 3 (três) que “não segue uma linha específica”.

É importante ressaltar que por diversas vezes o pesquisador foi interpelado, pois havia dificuldade na diferenciação entre as linhagens, principalmente, entre “democrático” e “permissivo”.

Notou-se que em muitos casos, pela descrição feita pelos funcionários, se tratava de relações de permissividade, pois não havia nenhum tipo de avaliação de desempenho, acompanhamento das ações e/ou deliberação sobre possíveis mudanças.

³ Esta pesquisa não utilizou de bases quantitativas apuradas, pois não efetuou teste estatístico, os questionários serviram apenas de suporte para estabelecer um panorama geral sobre o tema abordado.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Quanto ao conhecimento sobre direitos e deveres, questionou-se aos servidores se conheciam (plenamente, parcialmente ou não) o Estatuto dos Servidores Municipais, onde, 14 entrevistados responderam que “parcialmente”, 6 “não” e apenas 1 conhecia “plenamente”.

Evidencia-se desta forma, que um mau gestor, terá facilidade em praticar tais atos inconstitucionais, pois não se preocupará com a interferência de seus subordinados, tendo em vista que estes, em grande maioria, não conhecem plenamente seus direitos e as próprias atribuições.

Indagou-se também, se já foram coagidos a contrariar os princípios orientadores do serviço público, por superiores ou pessoas ditas “influentes”. As respostas se deram desta forma: Para 15 (quinze) entrevistados esta prática “nunca” ocorreu, 6 (seis) disseram que acontece “Às vezes” e nenhum deles escolheu a resposta “Frequentemente”.

Por último, foi questionado aos servidores se já presenciaram colegas de profissão praticando atos ilegais e ou imorais. Esta questão apresentou maior equilíbrio: 3 (três) responderam “Frequentemente”, 9 (nove) “Às vezes” e 9 (nove) “Nunca”.

Estas duas últimas questões demonstram que se por um lado a maioria dos entrevistados diz nunca ter sido coagido a praticar atos ilegais, por outro, parcela considerável, admite que como alguma frequência aconteça a companheiros de trabalhos.

Apesar de nenhum dos funcionários abordados, se negarem a responder o questionário, alguns demonstraram certo receio, questionando a necessidade de identificação ou mesmo nas palavras desses “se era para ser sincero” em suas respostas.

À população foram abordados temas referentes à participação nas decisões estratégicas da cidade, a percepção das relações de poder existentes no município, o acompanhamento das políticas e ações públicas e o emprego e a fiscalização dos recursos do município (Conforme Quadro 1).

É interessante observar que parte considerável dos entrevistados tem a consciência de que “frequentemente” acontecem atos ilegais envolvendo políticos atuantes no município, mas que ao mesmo tempo, “nunca” ou “raramente” atentaram para como são geridos os recursos e os projetos da cidade.

Outro ponto relevante, é que na visão da população o patrimonialismo e clientelismo são constantes na administração pública do município, há a percepção de que obras e ações do executivo beneficiam grupos ou pessoas específicas. Entretanto não pareceu



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

haver uma preocupação quanto a estes fatos, são tratados como um processo natural e mesmo corriqueiro.

Quadro 1 – Resultado do questionário aplicado a população*.

Perguntas	Respostas (Números totais)**		
	Frequentemente	Raramente	Nunca
Você já participou de alguma consulta ou reunião sobre melhorias e projetos para o desenvolvimento municipal?	1	10	8
Você acredita que as obras e as ações do poder executivo municipal atendem as demandas da população?	2	14	3
Você já identificou em alguma dentre as ações do poder executivo municipal, medidas que atendiam grupo ou pessoa específica?	11	5	3
Você já presenciou ou já soube de casos de “venda de votos”, de favorecimento pessoal, nepotismo, corrupção e/ou outras atitudes ilegais envolvendo os políticos eleitos da sua cidade?	12	3	4
Você acompanha quais são as fontes de arrecadação do município e como estes recursos são gastos?	3	6	10

* Foram aplicados ao todo 19 questionários com a população.

** Optou-se por trabalhar com os totais obtidos em cada resposta.

Mesmo os entrevistados com maior grau de escolaridade parecem não se preocupar com estas práticas, já que suas respostas quanto ao acompanhamento das ações do poder público foram bastante semelhantes com os de menor escolaridade.

Para, Valla (1998, p.17)

[...]na perspectiva popular, a política e os políticos merecem pouca confiança, não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades. (VALLA, 1998, p.17)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Efetuaram-se, também, entrevistas junto a políticos eleitos da cidade. Esta intencionou diagnosticar a visão sobre sua concepção política, a relação com eleitores e uma reflexão acerca de sua trajetória política, bem como o desenvolvimento de suas propostas.

As entrevistas demonstraram que os traços paternalistas ainda vigoram, expressos em frases como “ajudar a população” e “promessas de campanha”, frequentemente utilizadas pelos entrevistados. Tem-se a visão de que o político ajuda o povo e não trabalha para o povo, ou seja, esquecem de que quando eleitos são pagos para que defendam os interesses da comunidade e não de este ou àquele grupo ou eleitor.

O “ajudar” e a “promessa” deixam claro que muitos políticos procuram resolver problemas pontuais. Aparentemente estes, não seguem um plano de trabalho específico e/ou avaliam suas ações, impressão esta reforçada, pela forma evasiva que responderam o questionamento sobre a efetivação de suas propostas e quais propoariam.

Por outro lado, para eles a população em muitas ocasiões, cobra ações que visão beneficiar indivíduos e não a comunidade, conforme destaca o trecho da entrevista realizada com político eleito do município.

Percebo as pessoas mais observadoras e críticas quanto ao destino de sua cidade e o que desejam ou não desejam para ela, pois é muito bom viver aqui. Agora quanto a seus direitos sociais e constitucionais é necessário muito, muito trabalho, pois ainda é presente a idéia de que uma conquista de direito, são favores obtidos, é muito mais fácil pleitear necessidades pessoais do que interesses coletivos, e isto só muda com muita formação, informação e participação política. (POLÍTICO “A”, ELEITO NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D’ OESTE, 2011)

Sobre a participação e a consciência política da população este outro político afirma que.

Na verdade nem todos são consciente das ações pois tem muitos que não participa de nada e quando você não participa você fica isolado e só acredita naquilo que outros falam se falam bem você acredita se falam mau você também acredita as critica sem saber o que ta acontecendo. Sabemos que todos tem seus direitos amparado pela constituição mas são poucos que sabe disso as vez tem ate alguns vereadores que também não sabe porque não procura saber e só sabe aquilo que outros falam se fala mau ele também vai falar porque ouviu outro falando mas fala com incerteza. (POLÍTICO”B”, ELEITO NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D’ OESTE, 2011)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Outra característica importante foi à preocupação constante, demonstrada pelos políticos, com a sua imagem junto aos eleitores, sob o argumento de que a população muitas vezes não compreende o alcance das funções do executivo e do legislativo.

A análise dos dados até aqui apresentados, permite que sejam elencados alguns pontos: a) servidores e população reconhecem nas atitudes de seus gestores e políticos, perfis considerados patrimonialistas e fisiológicos; b) os políticos eleitos deste município geralmente agem de forma paternalista; c) a população vê estas ações como corriqueiras e entendem como normais; d) servidores, políticos e população não têm conhecimento pleno de seus direitos e deveres; e) a participação e a interação da população, em relação as questões políticas ainda são pequenas; f) há descrença na mudança.

Todas estas premissas expressam o quanto é longo o caminho, para que a gestão pública desenvolvida no município possa adequar-se aos preceitos democráticos, referenciando-se apenas em seus princípios constitucionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as últimas décadas ocorreram mudanças à administração pública brasileira, mas que não foram suficientes para acabar com velhas práticas como o fisiologismo e o patrimonialismo.

As cidades pequenas apresentam-se com um campo pródigo para este tipo de comportamento político, tendo em vista, a influência que o poder executivo, exerce sobre economia e conseqüentemente na sociedade local.

Com base, nos levantamentos efetuados durante esta pesquisa, pode-se afirmar que os principais entraves ao desenvolvimento de práticas que atendam os princípios norteadores da administração pública, são a falta de conhecimento de direitos e deveres e o próprio desinteresse da população.

Atos simples, como de averiguar as contas da prefeitura bem como seus funcionários, ou seja, de verificar como são utilizados os recursos públicos e de participar de assembleias, conferências e reuniões para o desenvolvimento do município, não fazem parte da rotina dos cidadãos.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Um exemplo claro deste distanciamento, entre população e serviço público, pode ser notado quando o pesquisador solicitou alguns dados a departamentos da prefeitura sobre números de funcionários e despesas da prefeitura, ato este, que causou certa estranheza e incômodo aos responsáveis, houve inclusive uma resistência inicial na liberação destes.

Falta, a população, servidores e políticos, primeiramente, conhecer seus direitos e deveres, para que possam estabelecer uma relação verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

AMORIN, M. S. S. **Democracia e Cultura Política no Oeste do Paraná**. Toledo: Unioeste, 2007. Disponível em revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/.../1275. Acesso em 13 de Julho de 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: outorgada em 05 de outubro de 1988. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007

BRESSER PEREIRA, L. C. **Ideologias econômicas e democracia no Brasil**. Revista Estudos Avançados, vol 3, n 6, São Paulo: Maio/Agosto 1989. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200004&script=sci_arttext. Acesso em 11 de Julho de 2011.

CAPEZ, F. **Os principais problemas da administração pública Brasileira**. Disponível em <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1517>. Acesso em 11 de Julho de 2011.

CARNEIRO, M. F. do S.. **Administração Pública – Uma Visão Geral**. In: _____ (et al) **Gestão Pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDMAN, M. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

IBGE, Cidades. **Município de Rancho Alegre D' Oeste**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 05 de Julho de 2011

IPARDES. **Perfil do Município de Rancho Alegre D' Oeste**. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87395&btOk=ok. Acesso em 08 de Julho de 2011.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

MOTTA, P. R. **A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos.** Disponível em www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a06v41sp.pdf. Acesso em 10 de Maio de 2011.

NOBREGA, M. da. **O atraso persiste.** In: Revista Veja. São Paulo: Editora Abril. Ano 44, nº 16 de 20 de Abril de 2011. p. 26.

RANCHO ALEGRE D' OESTE, Prefeitura Municipal. **Demonstrativo de Resultado do Exercício.** Rancho Alegre D' Oeste: PM, 2010.

RIBEIRO, I. L. **Patrimonialismo e Personalismo: A gênese das práticas de corrupção no Brasil.** Conpedi, 2010. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3324.pdf>. Acesso em 17 de Maio de 2010.

SILVEIRA, D. B. da. **Patrimonialismo e a formação do estado Brasileiro: Uma Releitura Do Pensamento De Sergio Buarque De Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna.** Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em 05 de Julho de 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Índice de Participação do Município de Rancho Alegre D' Oeste - Ano Base de 2009.** Disponível em: https://www.sefanet.pr.gov.br/FPM_DFC/Internet/frmConsultaIndFPM2.asp?eIndice=2011&eExercicio=2009&eTpIndice=2&eMunicipio=851;Rancho%20Alegre%20D'oeste. Acesso em 08 de Julho de 2011.

VALLA, V. V. **Sobre participação popular: Uma questão de perspectiva.** Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v14s2/1322.pdf>. Acesso em 26 de Julho de 2011.